ESTADO DE MINAS

Publicado em 29/09/2023 - 05:55

Aumento aprovado

AUMENTO DE ICMS É APROVADO SEM PETS E "PERFUMARIAS"

Quatro deputados petistas faltam à sessão na ALMG e projeto que eleva imposto em 2% passa em plenário por quatro votos de diferença

ALESSANDRA MELLO E BRUNO NOGUEIRA

Por quatro votos de diferença, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou ontem em definitivo, por 31 a 27, o Projeto de Lei 1295/23 do governador Romeu Zema (Novo) que aumenta em 2 pontos percentuais o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produtos considerados supérfluos pelo estado, entre eles celular, equipamentos de fotografia e som, cerveja, refrigerantes, suplementos para atletas, armas e cigarros. Por pressão da oposição e da própria base governista, foram retirados do texto original já no primeiro turno as rações para pet e, na votação em segundo turno, os artigos de higiene pessoal – ambos integravam originalmente a proposta.

Caso quatro deputados de oposição, Andréia de Jesus (PT), Leleco Pimentel (PT), Luizinho (PT) e Macaé Evaristo (PT), não tivessem faltado à sessão plenária de ontem o resultado teria terminado em empate e o voto de minerva caberia ao presidente da Assembleia, Tadeu Martins Leite (MDB). Andreia, Leleco e Macaé faltaram à votação para comparecer a uma agenda ao lado da ministra da Cultura, Margareth Menezes, em Mariana, região central do estado. Luizinho estava em um seminário sobre segurança pública em Alfenas, no Sul de Minas.

O líder do bloco de oposição, Ulysses Gomes (PT), disse que a votação, apesar de vitoriosa, mostra a dificuldade do governo dentro do parlamento. "O resultado final provou a capacidade que a gente (oposição) tinha de vencer, ou seja, derrotar o governo nesse projeto. A diferença foi de apenas quatro votos, inclusive da oposição que faltou", disse o líder. Para o deputado, esse projeto teve por objetivo tapar o rombo nas contas causado pelo projeto do governo, já aprovado na Assembleia, que reduziu o ICMS das locadoras de veículos de 4% para 1% na revenda de veículos usados. "É triste ver que, com toda dificuldade que a sociedade passa, o governador opte por isentar locadoras de veículos e aumentar (o imposto) do cidadão comum", disse o petista.

O líder do bloco governista, deputado Cássio Soares (PSD), disse que o placar reflete a decisão da Assembleia Legislativa em uma "pauta muito sensível". "Assim como poderia ter mais votos da oposição, poderia também ter da base governista. O mais importante, após a aprovação do projeto que ajudará a recuperar a saúde financeira dos cofres públicos, é que estejamos atentos à destinação desses recursos para que se revertam em oferta de serviços de mais qualidade para a população mineira e na erradicação da miséria no nosso estado".

GUILHERME DARDANHAN/ALMG

NA VOTAÇÃO DE SEGUNDO TURNO, 31 DEPUTADOS SE COLOCARAM A FAVOR DO PROJETO DE ZEMA QUE ELEVA O ICMS

FIEMG CONTRA

O presidente da Federação das Indústria do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, em entrevista para o programa "EM Minas", da TV Alterosa, Estado de Minas e Portal UAI, reiterou o posicionamento contrário à cobrança do adicional de ICMS aprovada ontem pela na Assembleia Legislativa. "A Fiemg trabalhou a todo momento dentro da Assembleia para que o projeto não prosperasse. Nós entendemos a situação fiscal do estado, mas enquanto setor produtivo, trabalhamos contra essa medida", disse Flávio Roscoe, empresário do setor têxtil. A entrevista completa vai ao ar sábado.

SANÇÃO

O PL, que agora vai a sanção pelo governador, aumenta em dois pontos percentuais o ICMS cobrado sobre os itens tachados pelo estado como supérfluos, retomando uma cobrança adicional que ocorreu de 2011 até 2022. Ela foi estabelecida durante o governo Antônio Anastasia (PSDB), hoje senador, para financiar o Fundo de Erradicação da Miséria (FEM). Ele também destina 15% dos recursos arrecadados com essa taxação a maior para o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), podendo chegar a 25% até 2026. O restante continua destinado ao FEM conforme proposta original.

Nem mesmo a pressão do empresariado demoveu o governo, que tem pressa em retomar a cobrança em função de problemas no caixa do estado. A partir da transformação do PL em lei, Zema pode começar a cobrar o imposto majorado daqui a 90 dias, prazo estabelecido pela legislação para que mudanças tributárias passem a vigorar. ■

"SUPÉRFLUOS"

Produtos terão aumento de ICMS

- Cervejas sem álcool e bebidas alcoólicas, exceto aguardentes de cana ou de melaço
- Cigarros, exceto os embalados em maço, e produtos de tabacaria
- Armas
- Refrigerantes, bebidas isotônicas e bebidas energéticas
- Alimentos para atletas
- Telefones celulares e smartphones
- Câmeras fotográficas ou de filmagem e suas partes ou acessórios
- Equipamentos para pesca esportiva, exceto os de segurança
- Equipamentos de som ou de vídeo para uso automotivo

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Pagina:** 3

Copyright © Clipclap 2025.